

## DEZ ANOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE): UMA ANÁLISE CRÍTICA

Mateus Martins Viudes<sup>1</sup>  
André Cristóvão Sousa<sup>2</sup>  
Luan Felipe Momo<sup>3</sup>  
Emanuella Silveira Vasconcelos<sup>4</sup>  
Luciano Roberto da Silva Leal<sup>5</sup>  
Peterson Ayres Cabelleira<sup>6</sup>  
Sara Maria Souza Nogueira<sup>7</sup>  
Moniele de Fátima Diniz<sup>8</sup>

**RESUMO:** Este artigo propõe de maneira criteriosa, analisar os dez anos da implementação do Plano Nacional de Educação no Brasil, com objetivo na avaliação das 20 metas previstas em 2014. Esta análise baseia-se numa metodologia qualitativa de revisão bibliográfica e análise documental, em que se investigam os avanços, desafios persistentes e lacunas na execução das metas propostas neste plano. O trabalho compreende que, embora tenhamos conquistas em termos de aumento de acesso à educação, as questões de qualidade e equidade permanecem complexas e sérias. Por fim, não menos importante, os autores propõem um compromisso renovado com o devido financiamento da educação e entre os entes federativos.

**Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação. Equidade. Políticas Educacionais. Metas Educacionais. Qualidade da Educação. 1119

### INTRODUÇÃO

É do Plano Nacional de Educação, PNE, que se trata um dos mais importantes documentos em circulação da ampla conjuntura da Educação brasileira, permitido como um aprumo, visto ter tipicidade jurídica e pedagógica, ele discorre os eixos técnicos gerais, diagnósticos, diretrizes, entre outros, de súmula de condutas e atos à política educacional do Brasil em todas as partes da produção do território onde se institui a própria e produz o território onde flui essa última em medida para ser

<sup>1</sup>Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Educação Básica.

<sup>2</sup>Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo (FEUC).

<sup>3</sup>Mestre em Educação (Profmat) pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Professor da Educação Básica.

<sup>4</sup>Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora adjunta na Universidade Federal de Roraima, com lotação no Colégio de Aplicação - CAP/UFRR.

<sup>5</sup>Mestre em engenharia da computação pela Universidade de Pernambuco. Professor de Informática do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT).

<sup>6</sup>Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Professor da Educação Básica.

<sup>7</sup>Mestra em Educação pelo Instituto Federal Goiano (IFG). Professora da Educação Básica.

<sup>8</sup>Mestra em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora de Administração do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

realizada no giro dos próximos dez anos. A lei nº 13.005 de 2014 instituiu o Plano acontecendo uma década após a última elaboração do PNE há vista que todas as metas do Plano em vigência “2014 – 2024” tiveram sua implantação postergada. A promulgação do PNE ocorreu num momento sensível para a educação nacional, com uma insatisfação massiva com a desigualdade de distribuição e qualidade da educação. Durante os próximos dez anos, o Plano Nacional de Educação serviu como uma bússola de precisão para as políticas governamentais inicialmente dele o que foi objeto desse refinamento até cumpridas permitindo que houvesse a inclusão e a qualidade para todos, em que se refere também ao próximo plano a ser repensado e que possa atender às reais necessidades da sociedade.

## OBJETIVO

O objetivo do artigo é analisar criticamente essa primeira década, avaliando até que pontos aqueles objetivos foram realizados e que desafios restaram. A conclusão desta investigação não irá ajudar apenas a compreender o desempenho do PNE, mas fornecer subsídios preciosos para um planejamento educacional eficiente no futuro. No entanto, a história do PNE ao longo da última década foi marcada por desafios consideráveis. O sistema federativo buscou implementar várias metas de cooperação com os outros níveis de governo, mas uma complexa divisão de poder proporcionar 1120 barreiras à progressão eficaz. Essa história coloca em perspectiva a experiência do PNE, demonstrando o lado positivo e as limitações dessa experiência até o momento.

## Análises

Análise crítica das metas Universalização da educação infantil e fundamental: As metas 1 e 2 do PNE são importantes para alcançar a equidade na educação brasileira. No entanto, até 2016, a universalização da educação infantil não foi concretizada, e até hoje, em 2024, as áreas rurais e periféricas enfrentam conflitos especiais no acesso à escolarização. A meta 95 de 0% de finalização do ensino fundamental na idade também apresentou um desafio específico devido à desigualdade regional e ao financiamento inadequado. Em geral, a implementação eficaz dessas metas mostra progresso no acesso à educação, mas ao custo da equidade ou da qualidade.

## Qualidade da educação básica

As duas últimas metas do PNE, a saber, a meta 6 e a 7 sobre educação em tempo integral e qualidade da educação básica, expressam a determinação do Brasil em elevar a qualidade de seus

padrões educacionais. No entanto, a implementação dessas metas tem sido um assunto desafiador. Embora a meta de atender 50% das escolas públicas com educação em tempo integral ainda não tenha sido alcançada, com menos de 30% das escolas atendem integralmente seus alunos segundo a seção Documentos do Projeto de Política Educacional 2018, p. 1. É importante destacar que as metas anteriores criaram uma infraestrutura fundamental para o atendimento dessas duas metas. O índice de Desenvolvimento da Educação Básica, embora melhorado, ainda não atingiu a meta projetada, especialmente no ensino médio. Assim, falta infraestrutura, professores mal preparados e desarticulação das políticas educacionais com outras políticas públicas para alcançar de maneira efetiva a qualidade da educação. A integração física dos alunos e professores para maior tempo na escola mostrou-se ineficaz até que seja adotada a aprendizagem 4.

### **Educação Inclusiva e Profissional**

Enquanto as metas 4, 8, 10 e 11 do PNE abordam áreas-chave que envolvem a educação inclusiva, a elevação da média de qualificações educacionais, a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica, os objetivos exigem mais revisão de políticas e reformas. Da mesma forma, embora a análise aponte indicadores de melhorias na inclusão das pessoas com deficiência nas escolas do sistema comum, ainda há desafios significativos no aumento. A alocação apropriada de recursos e 1121 no treinamento da força de trabalho. Para além disso, embora a meta de aumentar a média de qualificações escolares da população jovem tenha sido um objetivo progressista é importante, ainda não abordou efetivamente as entranhas das desigualdades que afetam com maior ênfase os grupos vulneráveis. O mesmo pode ser dito sobre as iniciativas em educação para adultos e para e por ela, que têm progredido, mas a extensão não é sinônimo de eficácia genuína. Expandir e aprimorar não apenas os programas planejados, não apenas em termos de número e qualidade do ensino, mas em relação a suas conexões educacionais com o currículo, que será relevante para o curso do trabalho em si, pois é vital que os programas fornecem não apenas uma oportunidade, mas também uma formação avançada que capacite a força de trabalho de maneira significativa para focar no pessoal e lutas profissionais.

### **Valorização dos profissionais da educação**

Valorização dos profissionais da educação contenha o seu centralizado, conforme o disposto nas metas 15 a 18 do PNE. Isso é fundamental para o sucesso de qualquer política educacional de qualquer tipo. Condições de trabalho complexas são confrontadas, dificuldades baixas e poucos sistemas de apoio ao desenvolvimento profissional do professor ainda existem, menos após os esforços

para garantir um Diploma de Bacharelado específico aprimorar no nível e a formação continuada. Mesmo que a meta de igualar o ganho dos professores com a de outros profissionais com a mesma quantidade de escolaridade até o fim do sexto ano do PNE não tenha sido totalmente alcançada, o que reflete a dificuldade na implementação de políticas de carreiras interessantes. A falta de um plano de carreira claro e atraente, além de incentivos por oportunidades de desenvolvimento, limita a capacidade dos sistemas educacionais de captar, promover ou manter, o que prejudica a qualidade da educação que é oferecida. Essa análise reflete a necessidade de um novo olhar para a valorização docente e políticas de fato determinantes para o fortalecimento da profissão docente. Por outro lado, o documento pressupõe um novo modelo de monitoramento e participação social que deve ser levado em consideração ao implementar as metas do PNE. Especificamente, é sugerido que o monitoramento e a avaliação do PNE se baseiem na leitura do plano e na proposta para o monitoramento do PNE e constituam um processo para que os órgãos responsáveis e a sociedade civil possam acompanhar o progresso. Atingimento das diversas metas do PNE, observar quais áreas necessitam de intervenção e ajustar estratégias quando necessário. A participação social é uma dimensão ética e necessária para garantir que as políticas educacionais atendam às necessidades locais da população e que a voz dos diferentes setores da sociedade seja ouvida e considerada no processo de tomada de decisão assertivas. A proposta de leitura e monitoramento do (PNE) baseia-se na leitura principalmente em indicadores 1122 extrínsecos e não intrínsecos ao sistema educacional, algo que, como observado, afeta diretamente a eficácia educacional das políticas públicas. A partir de perspectivas focadas em dois textos, eles enfatizam fatores armários e extrínsecos na leitura e monitoramento das metas propostas.

## CONCLUSÃO

Como instrumento essencial para tal fim, o Plano Nacional de Educação (PNE) se postula e é a realidade o objeto deste estudo. Contudo, a despeito do delineamento de metas estabelecidas para um horizonte de 10 anos no âmbito do próprio plano candidato a lógica das políticas federais, os resultados da revisão da literatura e de relatos empíricos indicam desafios persistentes, incluindo de particular gravidade aqueles concernentes ao formato do financiamento da educação e a continuidade assegurada às atuais políticas. Considera-se ainda a insuficiência quantitativa da infraestrutura disponível e a escassez de recursos humanos com as competências exigidas para atender às demandas específicas, sobretudo nas áreas de necessidades especiais. Conforme ressaltam os estudos e artigos revisados sobre a história dessas ocorrências concordam acerca da necessidade de atuar com rigor crítico nesse monitoramento, considerando, acima de tudo, se a qualidade é a meta de fato para a adequada avaliação

em torno da equidade mesmo aceitável à realidade e o quanto as políticas disponibilizadas conseguem impactar na redução da desigualdade na esfera da educação formal.

## REFERÊNCIAS

ANA CODES, Herton Ellery Araújo, Camillo Bassi, Ana Meira. Uma Leitura do Plano Nacional de Educação (PNE) e uma Proposta para seu Monitoramento. Brasília: Ipea, 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 16 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014.

SAVIANI, D. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [s. l.], v. 2, p. 1-5, 2017.  
<https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.002>» <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.002>